

ECONOMIA & NEGÓCIOS

BALANÇO Redes de farmácias registram lucro líquido de R\$ 1 bilhão

www.atarde.com.br/economia

Editor-coordenador
Geraldo Bastos
gbastos@grupopostale.com.br

salvador@grupopostale.com.br

JUSTIÇA TJ remarcou para o dia 11 de outubro o julgamento da Adin contra o reajuste da base de cálculo do tributo

Decisão sobre aumento do IPTU é adiada

JOYCE DE SOUSA

O pleno do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) adiou mais uma vez, agora para o dia 11 de outubro, o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade (Adin) contra o aumento da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). O reajuste foi aplicado em 2014 pela prefeitura de Salvador e vigora até hoje na cobrança do tributo.

A ação, movida pela seção baiana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e por três partidos políticos (PT, PCdoB e PSB), já tramita há três anos no TJ-BA e estava prevista para ser julgada ontem, mas só nos últimos dois meses já teve o julgamento adiado por três vezes. Desta vez, a prorrogação foi motivada pela apresentação de um pedido de licença médica por parte da desembargadora Ivone Bessa, que, ao mesmo tempo, enviou comunicado à presidência do TJ alegando que gostaria de divulgar presencialmente seu parecer sobre o tema.

Ivone Bessa está entre os quatro desembargadores que haviam pedido vista do processo, recurso usado para uma análise mais detalhada da matéria. Além da licença solicitada pela desembargadora e pedido de votação presencial, pelo menos outros dez desembargadores também já não participariam da sessão, afas-



Nei Pinto/Tribunal de Justiça

A ação, movida pela OAB, já tramita há 3 anos no Tribunal de Justiça e estava prevista para ser julgada ontem

O reajuste foi aplicado em 2014 pela prefeitura de Salvador e vigora até hoje

tados ou por pedidos de licença ou por estarem em férias. No total, 64 desembargadores integram o TJ-BA.

Apelo

Relator do processo, o desembargador Roberto Frank, que já divulgou voto parcialmente procedente à Adin, concordou com o adia-

mento, mas apelou à presidência do pleno que, na próxima sessão, os desembargadores que não estejam impedidos por licença ou férias, o que já representaria a maioria, divulguem logo seu parecer sobre a matéria. "Não podemos mais ficar adiando toda vez essa votação", disse, não escondendo

a insatisfação. "Em outubro, então, faremos isso", assegurou a presidente do TJ-BA e do conselho pleno, desembargadora Maria do Socorro Santiago. "Vamos aguardar outubro chegar", retrucou Roberto Frank.

Na própria sessão de ontem – que tinha quórum mínimo para votação, com pelo

menos 2/3 dos desembargadores presentes – já houve um adiamento: a princípio, a sessão seria prorrogada para o final deste mês, no dia 27, mas outra desembargadora alegou que estaria impedida na data, o que levou a marcação de nova data em outubro.

Presente à sessão, o presidente da Comissão de Direito Tributário da seção baiana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Oscar Mendonça, disse que espera que os dois protestos contra os adiamentos já revelados pelo relator Roberto Frank sejam considerados pelos demais desembargadores. Mendonça, entretanto, lembrou que não basta abrir a sessão para manifestação do voto, "o ideal é que seja feita a votação com, pelo menos, o quórum mínimo previsto", frisou.

Se a maioria dos desembargadores do TJ-BA julgar a Adin procedente e o aumento for considerado ilegal, o valor do IPTU deverá voltar ao patamar de 2013, aplicando-se apenas reajustes por conta da inflação no período. Ainda assim, a prefeitura de Salvador promete recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), embora a Procuradoria Geral do Município acredite que não será necessário, pelo fato de que em 2014 a prefeitura conseguiu derrubar no TJ-BA a liminar que, também alegando inconstitucionalidade, pedia a suspensão imediata da cobrança do tributo.

TRABALHO

Governo abre PDV para servidores do Executivo

LORENNA RODRIGUES

Estadão Conteúdo, Brasília

O governo federal abriu ontem a adesão ao programa de desligamento voluntário (PDV) para os servidores públicos do Executivo, que seguirá até 31 de dezembro. A previsão do governo é que cerca de cinco mil funcionários peçam o benefício – eles receberão como incentivo 1,25 salário por ano trabalhado.

Desde ontem, servidores também podem pedir licença incentivada sem remuneração, o que poderá ser feito até o fim de 2018, e a redução da jornada de trabalho de 8 horas diárias para 4 ou 6 horas, benefício que não terá prazo para ser solicitado.

A expectativa do governo é economizar R\$1 bilhão em 2018 com as medidas. Haverá restrições para algumas carreiras. Médicos peritos do INSS não poderão

pedir nenhum dos benefícios. A adesão ao PDV é limitada a 5% do total de cargos para carreiras como advogados da União, policiais federais, auditores da Receita Federal e procuradores do Banco Central.

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse que o governo fará campanha para aumentar a adesão ao PDV. "Os níveis de adesão no Brasil a esses programas são inferiores aos de outros países", afirmou.

Apelo

Segundo Oliveira, não haverá quebra dos direitos adquiridos dos servidores e lembrou que o governo não fará demissões, como no governo do ex-presidente Fernando Collor, quando funcionários públicos foram demitidos e conseguiram na Justiça o direito de serem reintegrados. "A experiência



Fábio Rodrigues Pozzebom / Ag. Brasil

Oliveira: não haverá quebra dos direitos adquiridos

do governo Collor não foi exitosa, as demissões foram unilaterais e acabaram resultando em prejuízo".

Até o fim do mês, o governo deverá enviar ao Congresso outras medidas para redução de gastos com servidores, como o adiamento do reajuste, mudança na contribuição de Previdência

e reestruturação das carreiras do Executivo. O ministro afirmou que isso ainda não foi feito porque os textos serão mandados com a mensagem modificativa do projeto de Lei Orçamentária de 2018. Também será enviado até o fim do mês o projeto que reestrutura carreiras do Executivo.

CÂMBIO

Dólar tem leve alta e fecha cotado a R\$ 3,14

ERIC ULBRICH

A TARDE SP

O dólar manteve-se estável em relação ao real ontem. Os investidores monitoraram a conjuntura política no país, com o presidente da República, Michel Temer, como alvo de novo inquérito e a prisão do presidente-executivo da JBS, Wesley Batista.

Por volta do meio-dia, a moeda americana subiu 0,34%, com valor de R\$ 3,13, e assim se manteve durante a tarde, atingindo máxima de R\$ 3,14. A expectativa do mercado contradisse os fatos na política; às vésperas dos escândalos, o dólar teve sua maior alta percentual ante o real em quase um mês, após Temer ter seu nome em novo inquérito, por conta de delação dos executivos da J&F. Suspeita-se que o presidente do Brasil

possa estar envolvido em esquema de corrupção e lavagem de dinheiro na edição de um decreto que mudou regras portuárias.

A prisão de Wesley Batista se deu em meio a investigações sobre suspeita de que executivos do grupo JBS tiveram acesso a informações privilegiadas. Acredita-se nesta possibilidade após delações premiadas, e o grupo teria se aproveitado disso para obter lucros milionários no mercado financeiro. Wesley é o segundo Batista preso; no final de semana, seu irmão, Loesley, foi conduzido à unidade carcerária, elevando a percepção do mercado de que Temer pode ter força política para aprovar a reforma da Previdência.

Em cenário internacional, o dólar operava com elevação ante uma cesta de moedas.

CURTAS

Setre realiza evento em Santaluz

O 1º Encontro de Empreendedores de Santaluz, realizado pelo governo da Bahia, por meio da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), aconteceu ontem à noite. O evento, realizado na sede da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), teve como tema "Crédito e uma boa gestão garantem o sucesso do negócio". Segundo a secretaria Olívia Santana, "o objetivo da ação foi apresentar, na região sisaleira, o Programa Estadual de Microcrédito (CrediBahia),

que oferece empréstimos, com juros menores que os praticados pelo sistema bancário.

O CrediBahia oferece crédito para compra de equipamentos e para capital de giro

Faturamento da Madero cresce 62%

A rede de restaurantes Madero fechou o primeiro semestre com o faturamento de R\$ 314 milhões. O número é 62% maior do que o obtido no mesmo período do ano passado. A empresa, com sede em Curitiba, acaba de anunciar investimentos da ordem de R\$ 40 milhões até o final deste ano, quando pretende já ter ultrapassado a marca de 100 restaurantes. Segundo o empresário Junior Durski, chefe-fundador e presidente da rede de restaurantes, o segredo nada mais é que

manter o foco "obstinadamente na combinação de alta qualidade com preços honestos".

Atualmente são quase 100 restaurantes espalhados por 11 estados, no DF e em Miami

Odebrecht recebe fornecedores

O Grupo Odebrecht reúne-se com fornecedores hoje, em Salvador, para apresentar os desafios de suas empresas no escopo do novo ambiente de conformidade. Durante o encontro, Cristina Lepikson, coordenadora de conformidade da Odebrecht S.A., abordará a transformação do grupo e como os terceiros devem se preparar para estabelecer relações comerciais neste cenário. Será apresentada a política de conformidade, que tem o propósito de orientar o comportamento

e as relações internas e externas de integrantes com clientes, fornecedores e agentes públicos.

LINHA DE ÉTICA

Os convidados vão poder conhecer o canal Linha de Ética, dedicado a receber relatos e denúncias de comportamentos não éticos e violações às políticas internas